

DO BLASÉ À APATIA DOS SENTIDOS: uma reflexão sobre o potencial autoritário da personalidade urbana

Lucas Trindade da Silva¹
Bruno Ricardo Vasconcelos²

Resumo

Realizamos neste artigo um esforço de interpretação não essencializante e crítico do fenômeno *blasé*, tomando-o como arquétipo ainda válido para pensar a subjetividade urbana na contemporaneidade. Sem rejeitar a sua leitura mais usual como uma reação de ensimesmamento do espírito – reserva – diante do excesso de estímulos da metrópole – que se não passassem por um processo radical de seleção levariam a um colapso da vida mental –, buscamos enfatizar os condicionamentos sociais e psíquicos que fazem do *blasé* menos um *indiferente* do que um *antipático*, uma subjetividade onde a incapacidade de lidar com a alteridade, e o ódio pelo outro estão em estado de latência. Dialogando com Richard Sennett buscamos demonstrar a relação entre processos de *segregação social* e o processo de conformação do *corpo passivo* tão afim ao fenômeno *blasé*. N’outra frente dialogamos com a teoria crítica e a psicanálise estabelecendo afinidades teóricas entre o *blasé* e a *personalidade autoritária*. A relevância do debate teórico aqui empreendido ganha clara justificação num contexto socioeconômico de crise, onde a latência autoritária da personalidade urbana tende a se manifestar sob as mais diversas formas de xenofobia, intolerância religiosa e ódio de classe.

Palavras-chave: Simmel, cidade, blasé, corpo passivo, personalidade autoritária.

¹ Doutorando em Sociologia na Universidade de Brasília (UnB). E-mail: lucastrindadedasilva@yahoo.com.br

² Doutorando em Sociologia na Universidade de Brasília (UnB). E-mail: vasconcelos.brunor@gmail.com

**FROM BLASÉ ATTITUDE TO SENSES APATHY:
a reflection on the authoritarian potentiality of urban personality**

Abstract

We conduct in this article an effort of critical and non essentializing interpretation of the *blasé* phenomenon, taking it as a still valid archetype to think about urban subjectivity on contemporaneity. Without rejecting its usual reading as a reaction of the self absorption of spirit – reserve – in front of stimuli excess from the metropolis – that if it would not pass through a radical process of selection would lead to a mental life collapse –, we seek to emphasize the social and psychical conditionings that take the *blasé* as *antipathetic* rather than *indifferent*, a subjectivity where the incapability to deal with alterity, and the hatred for the other are in state of latency. Dialoguing with Richard Sennett we seek to demonstrate a relation between *social segregation* process and the *passive body* conformation process so related to the *blasé* phenomenon. In another way, we argue with the critical theory and the psychoanalysis establishing theoretical affinities between the *blasé* and the *authoritarian personality*. The relevance of the theoretical debate earns a clear justification on a socioeconomic context of crisis, where the authoritarian latency of urban personality tends to manifest itself over multiple forms of xenophobia, religious intolerance and class hate.

Keywords: Simmel, city, blasé, passive body, authoritarian personality.

I

Se ainda não há um consenso sobre o *status* clássico da obra simmeliana, embora o seu nome cada vez mais apareça nos programas dedicados à constituição do cânon da teoria sociológica, um sólido acordo existe no que diz respeito ao caráter clássico da contribuição de Simmel para uma abordagem sociológica do fenômeno urbano. Não há quem passe por uma disciplina de sociologia urbana preocupada com as dimensões qualitativas do social que não tenha se debruçado e mesmo se deliciado com as belas passagens de *A Metrópole e a Vida Mental* e mesmo *O Dinheiro na Cultura Moderna*, experiência comparável à leitura dos versos do soneto *A uma passante* de Baudelaire – pois afinal o fugaz, o estranhamento, o ensimesmamento, a incomunicabilidade, os efeitos subjetivos da modernidade em suma, são temas que perpassam a reflexão de ambos, que pintam com palavras...

Bem longe, tarde, além, jamais provavelmente!

Não sabes aonde vou, eu não sei aonde vais [...]

Obviamente, não estamos aqui defendendo que há algo como um corte

(cronológico ou epistemológico) entre a teoria sociológica geral de Simmel e a sua [*a posteriori* classificada como] sociologia urbana. A diferença existente é de difusão no campo sociológico e não de substância. Afinal, a noção de *forma* – entendida como *sociação* ou *sociabilidade*, cadeias de relações sociais que ganham “uma vida própria” (Simmel, 2006, 64) em relação à dimensão contedística ou material da vida humana (“impulso, interesse, finalidade, tendência, condicionamento psíquico e movimento nos indivíduos”)³ – fundamento da sociologia geral de Georg Simmel, se faz presente, embora ainda não se apresente como tal, no transcorrer de ambos os ensaios acima mencionados.

Imerso no universo lógico-filosófico do neokantismo de Baden (Windelband, Lask, Rickert), Simmel radicaliza a equação *ciências sociais = ciências da realidade (Wirklichkeitswissenschaften)* ao buscar individualidades históricas ou conexões singulares não somente no que chama de “interações *duradouras*” representadas pelos conceitos de “Estado, família corporações, igrejas, classes, associações, etc.”, mas também naquelas “formas de relação e modos de interação” aparentemente sem interesse, “mas que, inseridos nas formalizações ditas oficiais e

³ “Não é por mero acidente do uso da linguagem o fato de que a sociabilidade, mesmo a mais primitiva, quando assume qualquer sentido e consistência, dê grande valor à *forma*, à ‘forma correta’. Pois a forma é a mútua determinação e interação dos elementos pelos quais se constrói uma unidade. Posto que, para a sociabilidade, se colocam de lado as motivações concretas ligadas à delimitação de finalidades da vida, a forma pura, a inter-relação interativa dos indivíduos, precisa ser acentuada com o máximo de força e eficácia” (Simmel, 2006, 64-5).

abrangentes, sustentam, mais que tudo, a sociedade tal como a conhecemos” (Ibid., 17). O *blasé*, como *forma de individuação* metropolitana, não ilustra perfeitamente essa trivialidade que enfim revela um traço profundo e constitutivo da experiência moderna?

Nada melhor do que o próprio autor para confirmar as nossas impressões quando escreve, ainda nas primeiras páginas de *A Metrópole e a Vida Mental*, que são “[e]m certos traços aparentemente insignificantes, que se situam sobre a superfície da vida, [onde] as... correntes psíquicas se unificam caracteristicamente”, ou quando escreve que “todas as exterioridades mais banais da vida estão, em última análise, ligadas às decisões concernentes ao significado e estilo de vida” (Simmel, 1967, 14-15). E é propriamente em direção a estes “traços” e “exterioridades mais banais”, tal qual o olhar de Rilke para *O Cego*⁴, que se orienta o autor.

Através da natureza calculativa do dinheiro, uma nova precisão, uma certeza na definição de identidades e diferenças, uma ausência da ambiguidade nos acordos e combinações surgiram nas relações de elementos vitais – *tal como externamente esta precisão foi efetuada pela difusão universal dos relógios de bolso* (Ibid., 14, *itálico meu*).

⁴ “Ele caminha e interrompe a cidade,
que não existe em sua cela escura,
como uma escura rachadura,
numa taça atravessa a claridade [...]”

A citação apressa o passo! Concluindo nossa digressão introdutória, pode-se dizer provisoriamente e também sem muito compromisso, já que este não é o objeto que nos leva à escrita, que é essa atenção, esse cuidado com o fragmento, com a parte, não a subsumindo ao todo, pelo contrário, conferindo a ela grandeza, um dos elementos de maior *afinidade eletiva* entre Simmel e o pensamento contemporâneo. Este marcado por uma rejeição das grandes metanarrativas, da categoria da totalidade (equivocadamente identificada com totalitarismo), e todos estes temas já em certa medida desgastados por serem repetidos de forma tão vazia nas salas de aula e corredores acadêmicos.

Entremos no que interessa. Mas o que é essa imagem, esse espectro, que mesmo sem língua e lábios, pois forma não tem carne, tanto sussurra e tanto faz sentido nos ouvidos de filhos e filhas da pedra? O que é o (que também é *a blasé*? Ou melhor, o que é a “atitude *blasé*”, “talvez”, segundo Simmel (Ibid., 15), “o fenômeno psíquico” mais “incondicionalmente reservado à metrópole”?

Procedamos à exegese.

Simmel (1967, 11-2) é bastante claro ao definir seu objetivo, seu problema, e o seu objeto de investigação no pequeno ensaio *A Metrópole e a Vida Mental* (original de 1903). Neste, “busca resolver a equação

que estruturas como a metrópole dispõem entre os conteúdos individual e superindividual da vida”, e assim “responder à pergunta de como a personalidade se acomoda nos ajustamentos às forças externas”. De forma mais precisa, o seu objeto é a mudança radical na “base psicológica” do (a) habitante das grandes cidades, caracterizada pela “*intensificação dos estímulos nervosos*, que resulta da alteração brusca e ininterrupta entre estímulos exteriores e interiores”.

Só se pode falar de mudança radical ou em “*intensificação*” quando se tem em mente um *status quo ante* ou um referente de comparação. Evidentemente, em contraste marcado com o fenómeno *urbano* está o mundo *rural*. Neste aspecto, por um lado, Simmel é obrigatoriamente clássico, no sentido de que o seu objeto é constituído a partir daquilo que em outros autores aparece como *comunidade/sociedade*, *mecânico/orgânico*, *tradicional/racional*, *simples/complexo*. Por outro lado, a maneira como essa dicotomia clássica é abordada o distancia de figuras como Tönnies, Durkheim ou Weber, já que, para ele importam, sobretudo os aspectos psicológicos, o que ele chama de “vida psíquica”⁵, dessa mudança. Isto em certa medida legitima a opinião daqueles que veem em Simmel mais um filósofo/psicólogo social do que um sociólogo, na medida em que não se

⁵ “É precisamente nesta conexão que o caráter sofisticado da vida psíquica metropolitana se torna compreensível – enquanto oposição à vida da pequena cidade, que descansa mais sobre relacionamentos profundamente sentidos e emocionais” (Simmel, 1967, 12).

envolve diretamente na questão, caracterizada de forma cristalina no *fato social* durkheimiano, da delimitação rigorosa do objeto⁶.

Na passagem do rural para o urbano, escreve Simmel (Ibid., 12-3), o que se percebe é uma alteração no “ritmo da vida e do conjunto sensorial de imagens mentais” que, fazendo uso de representações do senso comum, fará com que o “coração”, a centralidade das emoções, dê lugar ao “intelecto”, como “órgão” preponderante na mediação da relação sujeito-mundo. Esta mudança se dá pela impossibilidade do ser urbano responder de forma particularizada à multiplicidade de estímulos citadinos. “A intelectualidade, assim, se destina a preservar a vida subjetiva contra o poder avassalador da vida metropolitana” (Ibid., 13).

Tanto o predomínio do intelecto e da impessoalidade, em contraste com o caráter emocional do ritmo de vida rural, são fenômenos “intrinsecamente” ligados ao aprofundamento da “economia monetária”⁷ e da divisão social do trabalho. Por um lado, a divisão social do trabalho avançada das sociedades modernas cria o estado de arte de uma extrema interdependência entre indivíduos funcionalmente especializados e distintos

⁶ Importante observar que estamos tratando de textos de uma, digamos, primeira fase da obra de Simmel. *O Dinheiro na Cultura Moderna* é de 1896, *A Metrópole e a Vida Mental* de 1903. Em 1908 aparecerá *Sociologia: Investigação sobre Formas de Sociação* (a “grande sociologia”), em 1917 *Questões Fundamentais de Sociologia* (a “pequena sociologia”). Nestes dois últimos, Simmel se preocupa de forma central com a questão da delimitação do objeto e do método típicos da sociologia. Ver também Vandenberghe (1999).

⁷ “A metrópole sempre foi a sede da economia monetária. [...] A economia monetária e o domínio do intelecto estão intrinsecamente vinculados” (Simmel, 1967, 13).

(análoga à *solidariedade orgânica* em Durkheim). Um aprofundamento da impessoalidade já pode ser percebido, por exemplo, na decadência da díade mestre artesão-aprendiz. Por outro lado, a preponderância da economia monetária (a pesada *lei do valor* em Marx), o dinheiro como mediação universal, faz com que um conjunto de relações, antes profundamente pessoais, prescindam de qualquer envolvimento emocional ou investimento da personalidade. O maior exemplo está na esfera da circulação de mercadorias, onde produtor e consumidor, vendedor e comprador, não precisam estabelecer laços para além da troca. Já aí temos o arquétipo da “impessoalidade”/“anonimidade” tão marcantes do cotidiano metropolitano.

Outro aspecto fundamental do dinheiro⁸, mais bem acentuado n’*O Dinheiro na Cultura Moderna*, além de conferir “um caráter impessoal, anteriormente desconhecido, a toda atividade econômica”, é o de aumentar, “proporcionalmente, a autonomia e a independência da pessoa” (Simmel, 1998, 24). Simmel pensa aqui nos sindicatos (em contraste com as corporações de ofício feudais) e em formas de interdependência tipicamente modernas, onde nos podemos “reunir sem nada perder de específico e próprio da personalidade” (Ibid., 26). O afrouxamento dos laços fortes endogrúpicos (sociedades tradicionais) abre uma margem imensa para o desenvolvimento

⁸ O raciocínio poderia levar a uma leitura que privilegia a economia monetária como base causal para o fenômeno do ‘intelectualismo’ e da ‘impessoalidade’. Nada mais incorreto na perspectiva de Simmel. Este afirma que “ninguém pode dizer se foi a mentalidade intelectualista que primeiro promoveu a economia do dinheiro ou se esta última determinou a primeira”. O que há, para Simmel (1967, 14), é uma relação de “reciprocidade”.

da individualidade cosmopolita, entendida como “particularidade” e “incomparabilidade” da pessoa em grande medida independente da coerção do grupo primário (família ou clã). O fechamento da personalidade aos estímulos diversos do frenesi urbano dá-se *pari passu* a um investimento da personalidade em si mesma. O “individualismo”, e esta passagem é crucial, está, portanto, intrinsecamente ligado à “anonimidade e desinteresse pela individualidade do outro” (Ibid., 28).

A preponderância do dinheiro, como equivalente geral que a tudo confere uma dimensão puramente quantitativa, se nos livra de um conjunto de obrigações intersubjetivas, também nos separa de um conjunto de valores (qualitativos, como a empatia). A possibilidade de tudo ser comprado através do dinheiro confere uma cor cinza à diversidade, cada coisa se torna opaca diante da equiparabilidade de todas as coisas a esse ‘sempre mesmo’. Esta possibilidade de tudo adquirir torna inatingível o objeto do desejo, sempre deslocado para ‘aquilo que não tenho’, o que motiva uma atividade permanente, “a inquietude, a febre e a falta de pausas na vida moderna” (Ibid., 35). Esse “*perpetuum mobile*” que é o indivíduo moderno, intelectualista, tem “caráter racional e calculador” (Ibid. 35-6), a economia monetária impõe o *princípio do cálculo* na orientação da ação, a típica *Zweckrational* (ação racional referente a fins) weberiana. O dinheiro também purifica as mercadorias, que perdem qualquer marca de sua “procedência” produtiva

quando jogadas no mercado – “Quando uma ação produtiva desemboca no oceano imenso de dinheiro, então nunca mais pode ser reconhecida. As saídas deste oceano não contêm mais nada das suas entradas” (Ibid., 38).

É a preponderância incontestável do dinheiro que faz com que o senso comum afirme ser “impagável” algo de profundo valor subjetivo, ou acuse o dinheiro como “o Deus da época moderna” (Ibid., 36).

Tal digressão sobre os efeitos do desenvolvimento recíproco intelectualismo-economia monetária é importante porque explicita o conjunto de elementos que aqui nos interessam para a definição do *blasé*. Deste não podemos falar sem mencionarmos os conceitos de impessoalidade/anonimidade, de acinzamento das coisas e pessoas, do domínio do intelecto, da supressão das reações emocionais ao mundo, do ensimesmamento como mergulho na própria individualidade desinteressada pela individualidade do outro, na particularidade/incomparabilidade cosmopolitas, no desejo não realizado, na alienação em relação às origens daquilo que possui e adorna o vazio da existência *antipática*.

Antipático aqui se opõe a empático, tal qual o intelecto se opõe ao coração e o cálculo à emoção. E eis uma definição precisa do/a *blasé*. Tomemos a aparição cronológica do conceito.

No texto de 1896, *O Dinheiro na Cultura Moderna* (anterior mesmo à *Filosofia do Dinheiro*, de 1900), Simmel (1998) nos fala da “arrogância *blasé* [das] classes que têm dinheiro” como “somente um reflexo psicológico” do processo mais amplo de “subordinação crescente dos valores qualitativos pelos valores quantitativos”, o que faz com que o indivíduo não reaja “às diferenças e propriedades específicas dos objetos com uma graduação correspondente da sensação, mas sim senti-las de maneira nivelada e, por isso, com uma coloração abafada sem amplitudes significantes de contrastes” (Ibid., 32).

Embora o conteúdo da definição não se altere no texto d’*A Metrópole e a Vida Mental* (de 1903), o tom e a generalidade do conceito sofre uma significativa alteração. Se lá se falava em “arrogância *blasé*” das classes abastadas, aqui lemos sobre a “atitude *blasé*” como um fenômeno metropolitano amplo, sem qualquer condicional de classe. O esforço de Simmel é em distinguir a figura *blasé* da pessoa “estúpida”. O *blasé*, diferente do débil mental (pintado por Simmel como se fosse uma pedra), percebe os estímulos do seu meio. A sua singularidade está em experimentar estes estímulos – “o significado e valores diferenciais das coisas” – “como destituídos de substância”. As próprias coisas

aparecem à pessoa *blasé* num tom uniformemente plano e fosco; objeto algum merece preferência sobre outro. Esse estado de ânimo é o fiel reflexo subjetivo da economia

do dinheiro interiorizada. Sendo o equivalente a todas as múltiplas coisas de uma e mesma forma, o dinheiro torna-se o mais assustador dos niveladores (Simmel, 1967, 16)⁹.

A dimensão trágica desse processo de empobrecimento da experiência acarretado pela conversão do dinheiro de mediação a fim também é mais clara no texto de 1896 – “o cálculo necessariamente contínuo do valor em dinheiro faz com que este apareça finalmente, como o único valor vigente” (Simmel, 1998, 31). No texto de 1903, predomina a escrita descritiva-compreensiva, e a atitude blasé é pensada basicamente como uma necessidade inevitável.

Se houvesse, em resposta aos contínuos contatos externos com inúmeras pessoas, tantas reações interiores quanto as da cidade pequena, onde se conhece quase todo mundo que se encontra e onde se tem uma relação positiva com quase todos, a pessoa ficaria completamente atomizada internamente e chegaria a um estado psíquico inimaginável. Em parte esse fato psicológico, em parte o direito a desconfiar que os homens têm em face dos elementos superficiais da vida metropolitana, tornam necessária nossa reserva. (Simmel, 1998, 17).

⁹ O conceito lukacsiano de *reificação*, e não esqueçamos que o jovem Lukács foi de fato pupilo de Simmel e Weber no círculo de Heidelberg, definido no clássico *História e Consciência de Classe* (Lukács, 2003), apresenta profundas afinidades com o que Simmel percebe como tragédia da cultura (a subordinação do espírito subjetivo ao espírito objetivo). No entanto, Lukács rejeita uma concepção de *reciprocidade*, como está em Simmel, ao refletir a relação entre a “mentalidade intelectualista” e a “economia do dinheiro”. Para Lukács, a direção causal é clara: a reificação é a manifestação cultural do fetichismo da mercadoria, do primado estrutural da forma valor.

Mas não podemos negligenciar os subsídios de crítica que o texto de 1903 fornece. Simmel continua –

Na verdade, se é que não estou enganado, o aspecto interior dessa reserva exterior é não apenas a indiferença, mas, mais frequentemente do que nos damos conta, é uma leve aversão, uma estranheza e repulsão mútuas, que redundarão em ódio e luta no momento de um contato mais próximo, ainda que este tenha sido provocado. [...] A antipatia nos protege de ambos esses perigos típicos da metrópole, a indiferença e a sugestibilidade indiscriminada. Uma antipatia latente e o estágio preparatório do antagonismo prático efetuam as distâncias e aversões sem as quais esse modo de vida não poderia absolutamente ser mantido. [...] O que aparece no estilo metropolitano de vida diretamente como dissociação na realidade é apenas uma de suas formas elementares de socialização (Ibid., 18).

O fenômeno do *blasé* continua sendo definido como único desenvolvimento possível diante das condições objetivas da economia monetária e da cultura moderna. A alternativa ao *blasé* parece ser, na pena de Simmel, o descontrole, a desorientação, a loucura. No entanto, a definição do *blasé* mais como “antipatia” do que como indiferença, nos informa da ausência de neutralidade ou de mera passividade em tal atitude. Trata-se de um processo ativo de negação do outro, que causa “aversão”, “estranheza” e “repulsão”, sentimentos que podem se converter em “ódio e luta no momento de um contato mais próximo”. Na atitude *blasé* o outro não permanece como desqualificado (sem qualidades), pelo contrário, ele é qualificado negativamente. O outro não interessa porque é repulsivo.

II

Tal compreensão do fenômeno, é o que me parece, se aproxima profundamente da angústia sennettiana ao refletir sobre a relação corporalidade.

Embora *Carne e Pedra* (Sennett, 2003, 15) seja um projeto muito mais pretensioso quando objetiva elaborar “uma história da cidade contada através da experiência corporal do povo”, a questão da “carência dos sentidos” e da perda de “conexão com o corpo humano” marcada nos projetos urbanos modernos (algo que perpassa toda a obra), logo evidencia como a preocupação com os efeitos da urbanidade na subjetividade o aproxima dos ensaios de Simmel. Sobretudo no fragmento *O Corpo Passivo da Introdução*, e na *Terceira Parte – Artérias e Veias* – da obra.

Na verdade, aquilo que é chamado “corpo passivo” em Sennett (2003) pode muito bem ser pensado como uma caracterização da atitude *blasé* um século depois da pena de Simmel ter inaugurado o conceito. Este em fins do século XIX (1896), aquele em fins do século XX (1994). A diferença entre os conceitos é de *quantidade* e não de *qualidade*. O que se quer dizer com isto? É dito aí que no transcorrer de um século

não surgiu uma nova figura urbana arquetípica ou, para usar as palavras do próprio Simmel, não surgiu um novo “fenômeno psíquico” tão “incondicionalmente reservado à metrópole” como o *blasé*. O que aconteceu foi uma radicalização dos atributos daquele conceito, um chegar ao limite, um desdobrar.

Carne e Pedra nos é introduzido – estranhamente para quem primeiro observou o pretensioso *Sumário* – através de uma cena bastante trivial, aparentemente insignificante, onde vemos o próprio Richard Sennett e um amigo seu, cujo nome não é dito, indo ver um filme num “*shopping* suburbano, em Nova York”. Do amigo só sabemos que usa uma prótese de mão mecânica, “com dedos de metal”, e que a sua mão esquerda foi amputada após sofrer um ferimento com bala na guerra do Vietnã. Eis que o próprio filme é um “épico de guerra” e, de repente, na banalidade da saída da sala escura, enquanto junto ao amigo espera mais um conhecido, Sennett (2003, 16) vê o confronto entre a guerra *real* – o seu amigo, ou melhor, a sua mão mecânica – e a guerra *representada* na grande tela branca. “O público [, que] acabara de enfrentar duas horas vendo corpos dilacerados, aplaudindo com o maior entusiasmo os lances mais violentos e a carnificina”, de repente se detém, perturbado com a prótese mecânica agarrada a um cigarro, e se afasta “rapidamente”. Conclui Sennett: “éramos uma ilha no meio [daquelas pessoas]”.

Reiterando o argumento de Hugo Munsterberg, por sinal contemporâneo e interlocutor tanto de Simmel como de Weber, a experiência descrita é, para Sennett, mais uma verificação empírica da tese de que “[o]s meios de comunicação colocam uma barreira entre o real e a ‘sua’ representação”. Tal barreira chegando ao limite do estranhamento entre aquilo que representa e o que é representado, de modo que a excitação prazerosa provocada pelas cenas de guerra é exatamente o oposto do asco provocado pela violência real sugerida por uma mão amputada. A ultra-violência do cinema não é percebida como experiência real pelos telespectadores, “falsas experiências de violência insensibilizam o público ante a verdadeira dor”. “Grande consumo de dor ou de sexo simulados serve para anestesiar a consciência do corpo” (Ibid., 16 e 17). Experimentamos o corpo de forma passiva.

A experiência do telespectador é análoga à do viajante nos resultados que produz. Tal qual o primeiro, o condutor de um carro se encontra passivo diante da multiplicidade de informações e estímulos que o rodeiam. O conforto e a própria materialidade do carro criam um escudo em relação às experiências contraditórias e inquietantes que o mundo externo nos oferece. Ambos, telespectador e viajante estão a salvo do incômodo do contato, motivo de medo e ansiedade assim que a aspereza da realidade não pode mais ser evitada. “Através do tato arriscamo-nos a perceber algo como estranho. A tecnologia nos permite evitar esse risco” (Ibid., 19).

Concluindo a introdução da questão do corpo passivo, problema que percorre toda a obra, Sennett oferece ainda mais elementos de aproximação à Simmel. Contrasta a experiência da passividade do corpo em fins do século XX não com o século anterior, exatamente o século de Simmel, mas com o século XVIII. Se no setecentos visto nas pinturas de William Hogarth (*Beer Street* e *Gin Lane*), a ideia de *ordem* implica a ideia de *contato*, “corpos se tocando são um indício de conexão social, harmonia”, na passagem do oitocentos para o novecentos e até os nossos anos dois mil, *ordem* passa a implicar *distanciamento* ou, noutros termos, *atomização*. A partir do século XIX desenvolve-se uma forma radicalmente diferente de conceber o Outro e o Lugar.

Tal século exprime, antes de qualquer coisa, uma plena articulação entre desenvolvimento do *capitalismo moderno*, emergência de uma *nova compreensão do corpo*, e radicalização do *individualismo*. O esquema do mercado livre oferece uma imagem fiel dessa articulação: “O movimento autônomo diminui a experiência sensorial, despertada por lugares ou pessoas que neles se encontrem. Qualquer forte conexão visceral com o meio ameaça tolher o indivíduo” (Ibid., 214).

Nesse sentido, a compreensão do *individualismo* urbano assume propriedades negativas – um é pelo não é. A individualidade se afirma

pelo desinteresse em relação à individualidade do outro, tal qual vimos em Simmel.

Surge então um primeiro problema tendo em vista a relação entre os conceitos de *blasé* e *corpo passivo*: a passividade do corpo não seria então definida como *indiferença*, definição claramente estreita se pensarmos o conceito de *blasé*, mais próximo da *antipatia* e de uma repulsa latente à alteridade?

Se nos atermos unicamente à expressão *passividade*, equacioná-la a *indiferença* é possível. Sinal de igualdade este que desaparece caso aprofundemos a leitura de *Carne e Pedra*, sobretudo sua *Conclusão*, quando Sennett, após viajar por mundos e séculos, retorna à Nova York da *Introdução*, da mão amputada, da violência como espetáculo, do gozo e do asco.

Acredito, inclusive, que Sennett consegue ser menos ambíguo do que Simmel ao tratar da caracterização e conformação da *antipatia*, entendendo esta como a intersecção entre a atitude *blasé* e o *corpo passivo*. Isto por duas razões: 1) no corpo passivo não há mera *indiferença* ao outro, mas uma forte dimensão de repulsa, asco, desprazer, em relação ao outro que sofre; 2) em Sennett, o problema da *segregação*, introduzido na discussão sobre grandes projetos de reestruturação urbana (Paris, Londres, Nova York),

ganha centralidade na discussão sobre a relação Eu-Outro. Vejamos.

No seu retorno a Nova York, Sennett pousa particularmente em *Greenwich Village*, e desembarca com uma pesada interrogação em mente: preservará este lugar, décadas depois, a heterogeneidade fundida¹⁰ percebida por Jane Jacobs em *The Death and Life of Great American Cities*?

Se a heterogeneidade é inegável, a fusão inexistente. “Variação e indiferença coexistem no Village; a multiplicidade não espicaça as pessoas a interagirem. [...] É exatamente isso: aqui as pessoas deixam as outras em paz” (Ibid., 288). Obviamente, quando Sennett pinta a figura do mendigo que mesmo ganhando menos prefere pedir esmolas nas ruas perto da Washington Square, por serem os ricos dessa região menos preocupados com a presença dos pobres, parecemos estar inteiramente no universo da *indiferença* (no sentido da não qualificação do Outro). A impressão dissipase algumas páginas à frente, quando Sennett (Ibid., 290), em passagem extremamente elucidativa, escreve:

Por mais de um século, Nova York tem albergado uma porção de valores, crenças e padrões de comportamento, frequentemente tão discriminados quanto os judeus de Veneza, na Renascença. Dizer que a disparidade provoca afastamento mútuo inevitável significa negar à cidade multicultural um saber cívico participativo; é o mesmo que tomar o partido dos cristãos de Veneza, que só imaginavam a identidade entre os iguais.

¹⁰ “Jane considerou os habitantes do Village quase fundidos, de tão próximos” (Sennett, 2003, 288).

Sennett não nos diz aí apenas que a metrópole é um lugar onde, para além da *indiferença* (não qualificação), impera a *discriminação* ou *antipatia* (no sentido de uma qualificação negativa do outro), o que confirma o nosso primeiro ponto, diz também que não podemos meramente aceitar o argumento de inevitabilidade do afastamento diante da disparidade provocada pelo crescimento urbano. Não é casual que na mesma página do trecho acima citado inicie uma subseção denominada “*Centro e periferia*”, o que nos leva a desenvolver o segundo ponto acima mencionado, a saber, a centralidade do problema da *segregação* para tratar da relação Eu-Outro.

A discussão, neste momento, se concentra em Nova York¹¹, cidade cujo desenho veio antes do povoamento, tendo como princípio orientador exclusivamente a acumulação financeira. “A absoluta uniformidade dos lotes – em tamanho e preço – sinalizava a equiparação do valor da terra ao dinheiro” (Ibid., 291). Cidade de assombroso crescimento e adensamento urbano, ainda na primeira metade do século XX, foi objeto de um assombroso projeto de reestruturação encabeçado pelo engenheiro Robert Moses. Cujo “propósito”, escreve Sennett,

¹¹ O problema da segregação é anteriormente tratado no *Capítulo X. Individualismo Urbano* (Sennett, 2003, 259-286), tomando como exemplos concretos os projetos e execuções da *Regent's Park*, da *Regent Street*, do metrô de Londres, e das três redes de Haussmann.

consistia em desfazer a diversidade. A massa impactante da população parecia-lhe uma pedra a ser esfacelada, e a fragmentação da cidade, condição do “bem público”. Nesse sentido, Moses agiu de modo seletivo; apenas os bem-sucedidos – com o bastante para possuir um carro, comprar uma casa – dispunham dos meios de escapar; as pontes e vias expressas constituíam-se numa salvação do barulho dos grevistas, mendigos e desempregados que enchiam as ruas de Nova York, durante a Grande Depressão (Ibid. 293-4).

Idealizador das *parkways* e *highways*, projetados como fonte de alívio para as tensões da vida urbana, “Moses tentou excluir os negros de Jones Beach e dos parques, considerando-os especialmente impuros” (Ibid., 293). Sennett (Ibid., 294) reconhece que as suas reformas conseguiram, ocupando áreas anteriormente rurais com residências e subúrbios, sanar “um grave déficit comunitário”. Tal situação, porém, durou pouco – “Pobreza e funções mal remuneradas, drogas e criminalidade reapareceram nos subúrbios. [...] O desejo de escapar renasceu”.

Duas consequências fundamentais tiveram, para Sennett (Ibid., 294), a realização de Moses: 1) “as forças do movimento individual”, já desencadeadas pelo menos desde o século XIX na Europa, ganharam terreno livre na América; 2) aqueles “que permaneceram no velho e diversificado centro urbano sentiram uma dificuldade muito mais aguda

em lidar com suas próprias percepções e com as sensações alheias”.

Em grande medida elaborada para automóveis, Nova York se viu vítima daquele alheamento/anestesiamento dos corpos em relação ao espaço que a velocidade é capaz de realizar. A ideia do movimento como “estimulante” (Ibid., 295) tornou-se concreta como monotonia. Aliada a uma ideologia do conforto, a transformação do espaço público em mero espaço de trânsito até a fixidez das residências atomizadas, levou a um individualismo exacerbado que, diante do distanciamento em relação à alteridade, tende a proceder por meio da *esteriotipação* quando o encontro com o Outro é inevitável. “Um branco que depare com um negro ou um árabe registra a ameaça e desvia os olhos [...], os poderes classificatórios do repertório de imagens levam o indivíduo a fechar-se inteiramente” (Ibid., 295).

Do outro lado, os grupos discriminados e desfavorecidos (negros, imigrantes pobres, trabalhadores manuais, etc.) também tendem a um fortalecimento do laço comunitário interno fechando-se às diferenças externas.

“A pureza requer segregação” (Ibid., 297, itálico meu).

E não se trata de algo inevitável, uma reação natural da psique diante da multiplicidade de estímulos da vida urbana. Trata-se, e esta

leitura de modo algum trai a letra de Sennett¹², de um resultado de processos sociais, formas de planejamento unilaterais, condições de desenvolvimento do fenômeno urbano numa ordem social capitalista.

Por outro lado, e mais uma vez – bem diferente do Simmel (1967, 25), que conclui *A Metrópole e a Vida Mental* observando que “não nos cabe acusar ou perdoar, senão compreender” os fenômenos ali tratados –, Sennett (2013, 299) não se abstém de emitir um juízo, comparável a uma martelada, diante do quadro pintado no decorrer da obra – “Aqueles que abdicam da vida em comum perdem a vida”.

Temos, portanto, uma compreensão do *corpo passivo/apatia dos sentidos* que se constitui muito mais pela *antipatia* (qualificação negativa do outro) do que pela mera *indiferença* (desqualificação ou não qualificação do outro), isto porque tal fenômeno não se dá num vácuo ou como mera reação da vida psíquica em relação ao desenvolvimento da cidade, mas articulado a processos diversos de *distanciamento/atomização/segregação* entre etnias, grupos, e classes sociais. Neste sentido, o *corpo passivo/apatia dos sentidos* faz convergir tanto elementos da definição de *blasé* em 1896 como

¹² “Nova York nunca foi um caldeirão de raças misturadas, mas agora seus problemas multiculturais, temperados com a impertinência dos excluídos, sabiam a abandono e inconformismo. [...] A história recente do multiculturalismo nova-iorquino tem caminhado numa direção etnicamente separatista, um caminho sem saída, pelo menos do ponto de vista econômico” (Sennett, 2003, 297-8).

em 1903. Daquela, a ênfase na “arrogância”, no condicional classista sugerido, no tom angustiado e crítico, desta, a ênfase na “antipatia” e na repulsa latente e potencial em relação ao Outro.

III

É a particularidade da nossa leitura do fenômeno passando por Simmel e Sennett que nos faz abdicar de uma leitura do *blasé* apenas como fenômeno necessário e inevitável, ou melhor, espontâneo – sendo a loucura a única alternativa à arrogância –, produto seja de uma leitura ingênua, seja de uma leitura naturalizante. Nossa leitura é fundamentalmente crítica, e se o *blasé* não é um mero produto reativo da vida urbana moderna, e se a sua relação com o Outro vai além da mera *indiferença*, indicando sempre uma repulsa potencial, um ódio latente, o *blasé* então não define somente um arquétipo da subjetividade urbana, mas também já anuncia aquilo que Theodor Adorno chamará de *personalidade autoritária*.

Antes de qualquer coisa, é necessário colocar o conceito de *personalidade autoritária* no seu devido lugar. Segundo Carone

(2002), podemos distinguir dois eixos fundamentais de investigação do fenômeno *fascismo* entre aqueles que são incluídos na chamada Escola de Frankfurt (Adorno, Horkheimer, Löwenthal, Güterman, entre outros): 1) aquelas investigações que buscam “descobrir os traços essenciais e históricos do *fascismo latente* de cidadãos comuns, não participantes de organizações fascistas”; 2) aquelas que analisam “panfletos e elocuições radiofônicas de *agitadores fascistas*, ou seja, militantes e líderes de organizações fascistas” (Ibid., 1).

O conceito de *personalidade autoritária* se insere no primeiro eixo¹³, mais especificamente na obra coletiva *The Authoritarian Personality: Studies In Prejudice*, obra coordenada por Adorno no seu período de exílio estadunidense, junto a diversos outros autores da Universidade da Califórnia, sobretudo das áreas de psicologia social e sociologia. O objetivo da investigação, sintetiza Crochík (1990, 143), era mensurar (são utilizados métodos estatísticos) e analisar qualitativamente (inclusive métodos psicanalíticos são utilizados, de fato a psicanálise é o pano de fundo teórico de todo o projeto) “a predisposição dos americanos em aceitar uma

¹³ “La presente investigación, que se limita a los hasta ahora muy descuidados aspectos psicológicos del fascismo no concierne a la producción de la propaganda. Más bien, se centra en el consumidor, en el individuo para el que se diseña la propaganda. De este modo tratamos de tener en cuenta no sólo la estructura psicológica del individuo sino la situación objetiva global en la que vive” (Adorno, 2006, 175).

ideologia anti-democrática e, mais especificamente, a ideologia fascista”¹⁴.

Aqui já temos dois pontos a tratar: 1) a investigação não tem como *locus* Estados-nações fascistas ou ex-fascistas, pelo contrário, diz respeito àquela que se auto-denomina a Nação guardiã e promotora da democracia no mundo, o que torna plenamente coerente o diálogo entre estes estudos e as obras tratadas anteriormente; 2) o objeto é essencialmente urbano-industrial, como provaremos a seguir.

Já no começo do *Prefácio* à obra, Horkheimer – ao tentar uma primeira definição do “homem autoritário” como “espécie ‘antropológica’” nova – estabelece uma importante distinção entre a “personalidade autoritária” e o “intolerante à moda antiga”:

¹⁴ Basicamente os autores fizeram uso de três instrumentos articulados: questionários, entrevistas e técnicas clínicas (Adorno, 2006, 179). Crochík (1990, 144) faz uma síntese da metodologia e seus resultados – “Os autores construíram quatro escalas contendo itens, do tipo Likert, que permitiram inferir, de um lado, características de personalidade e, de outro, detectar pensamentos e posicionamentos sobre ideários político-econômicos. As escalas construídas foram as seguintes: Escala de Antisemitismo (AS), Escala de Etnocentrismo (E), Escala de Fascismo (F) e a Escala de Conservadorismo Político-Econômico (CPE). [...] Se quase não foram encontrados sujeitos com altos escores em E ou F e baixos em CPE, apareceram sujeitos com escores baixos em E e F e medianos em CPE, que pela análise feita pelos autores poderiam ser considerados como ‘liberais politicamente pacifistas’ e, também, sujeitos com alto escore em E e escore mediano em CPE, que mais do que se adaptarem a ideologias novas, expressando um conservadorismo, adotam posições próximas dos liberais, mas para fortalecer mais ainda a segregação social expressa na divisão endogrupo-exogrupo e assim: ‘... podem considerar conveniente o aumento das funções econômicas do Estado, mas não por razões humanitárias mas sim como um meio de limitar a força dos trabalhadores e outros grupos’ (Rouanet, 1989, 190). Estes sujeitos, segundo os autores, podem ser considerados como reacionários e, em última instância como fascistas”.

O tema central da obra é um conceito relativamente novo: o surgimento de uma espécie “antropológica” que chamaremos o tipo autoritário de homem. Diferente do intolerante à moda antiga, aquele parece combinar ideias e atitudes típicas de uma sociedade altamente industrial com crenças irracionais ou antirracionais. É ao mesmo tempo ilustrado e supersticioso, orgulhoso de seu individualismo e constantemente temeroso de parecer-se com os demais, cioso da sua independência e inclinado a submeter-se cegamente ao poder e à autoridade (Horkheimer, 2006, 165, tradução livre).

Não há no *blasé* esse mesmo misto paradoxal entre o racional e o irracional, entre intelectualismo e arrogância, entre individuação (contra a dissolução da individualidade no grupo) e repulsa latente ao outro? E no *corpo passivo* não vemos a mesma relação entre primado do *interesse* próprio (racionalmente perseguido) e estereotipação da alteridade? No sujeito urbano *antipático* não é evidente esse individualismo que é tanto condição para o desenvolvimento da individualidade como de manutenção da distância/aversão em relação ao diferente? Mas continuemos.

Quando os autores dos *Studies In Prejudice* falam de *personalidade autoritária* não estão falando, como uma má leitura poderia levar a concluir, de “características... *inatas* ao sujeito, mas adquiridas durante o seu processo de socialização: elas são *psicossociais*” (Carone, 2002, 2). Algo muito próximo tanto da abordagem simmeliana da relação metrópole-vida mental, como daquilo que Norbert Elias (1993) chamará de *estrutura da*

personalidade, definida como produto da unidade do processo sociogenético e psicogenético. Assim, em Adorno (2006), a análise das carências de ordem psicanalítica que levam um indivíduo a uma identificação imediata e acrítica com a autoridade, não pode se separar da análise das ideologias autoritárias, que tanto condicionam a formação do potencial autoritário, como tornam o indivíduo suscetível a converter o seu potencial autoritário em organização política e ação¹⁵.

A tese psicanalítica de fundo para a explicação da personalidade autoritária – que infelizmente não poderemos desdobrar exaustivamente neste espaço – é, por um lado, a tendência a uma reprodução intergeracional de relações autoritárias (de pai para filho, sobretudo), por outro, a formação do Ego sem “uma adequada identificação parental na infância” (Crochík, 1990, 148). Aquele (a) que, continua Crochík (Ibid., 148),

teve dificuldade de introjetar os valores parentais, quando adulto, tem de fazer um esforço suplementar para fortalecer em si mesmo e no meio estes valores, para se defender de sua ambivalência de impulsos e do conseqüente sentimento de culpa. Precisa, em outras palavras, fortalecer a autoridade e dirigir a sua agressão para os grupos que imagina que o ameaçam. Mas, é importante enfatizar, que os grupos nos quais projeta sua agressão, são depositários de seus desejos, o que significa que agredir estes grupos é, também, auto-agressão¹⁶.

¹⁵ “Lejos de ser algo dado desde un principio, que permanece fijo y actúa sobre el mundo circundante, la personalidad evoluciona bajo el impacto del ambiente social y no puede aislarse de la totalidad social en la que se desenvuelve” (Adorno, 2006, 173).

¹⁶ É imediata a lembrança da passagem de Sennett (2013, 299) já citada: “Aqueles que abdicam da vida em comum perdem a vida”.

Temos, portanto, como hipóteses psicanalíticas para a formação do potencial autoritário, seja uma formação individual plenamente autoritária na socialização primária, seja uma constituição parcial do superego na socialização primária que leva a uma identificação não-refletida e absoluta com a autoridade no âmbito da socialização mais ampla, o Estado ou o Líder, por exemplo, substituem o Pai. A “valorização da autoridade e a agressão a exogrupo é uma forma de lidar” (Ibid., 149) com impulsos ambivalentes.

Assim, a relação com a alteridade continua a fazer recurso a mecanismos típicos da infância, tratando a realidade através de “estereótipos e cesuras entre o endogrupo e o exogrupo” (Adorno, 2006, 195).

Em síntese, a *personalidade autoritária* se define pelos seguintes aspectos: um fenômeno essencialmente urbano; de ordem potencial (a potência não necessariamente se converte em ação); misto de orientação racional (interesse) e valores irracionais, assim como de individualismo e comunitarismo; tendente a uma identificação irrefletida com a autoridade; e uma classificação rígida, dicotômica e estereotipada, entre os ‘de dentro’ e os ‘de fora’.

Não se trata apenas de evidenciar as afinidades com o sujeito *antipático* definido no *blasé* e no *corpo passivo*. O conceito de *personalidade autoritária* é fundamental por: traçar um argumento psicanalítico sobre o

fenômeno; pelo seu caráter explícito em relação ao potencial violento do arquétipo; por explicitar as relações entre racionalismo e irracionalismo, entre intelectualismo e esteriotipação, na constituição de uma subjetividade urbana típica.

Não se pode esquecer (Crochík, 1990, 144) que, embora respostas explicitamente racistas tenham sido minoria nos questionários aplicados pelo grupo que realizou os *Studies In Prejudice*, diversos participantes definidos como autoritários potenciais o foram por exprimirem um forte conservadorismo político-econômico (índice CPE), sobretudo no que diz respeito à um ódio contra a organização dos trabalhadores. Fazemos esta observação para indicar como os *Studies In Prejudice* estão plenamente conscientes do condicional social na criação de rígidas classificações cognitivas do mundo.

Atinge-se assim o objetivo teórico de chamar atenção para a necessidade de uma análise da personalidade antipática urbana, por assim dizer, como intersecção dos conceitos de *blasé/corpo passivo/personalidade autoritária*, evitando toda leitura naturalizante, que percebe esse arquétipo como mera reação espontânea da vida psíquica às condições complexas da vida urbana. Através dessa inter-relação, dessa demonstração de afinidades entre conceitos, buscamos assinalar as bases causais existentes na literatura

que buscam explicar a formação desse arquétipo: os processos de exclusão/segregação/distanciamento promovidos por uma lógica de expansão/reestruturação urbana orientada, sobretudo, por interesses financeiros; a articulação entre segregação social e segregação étnica/racial; as dimensões psicológicas que causam uma repulsão irracional ao outro.

Gostaríamos de fazer apenas duas últimas observações orientadas para a conclusão.

Primeiramente, para além das diversas afinidades entre os três conceitos aqui trabalhados, nem o *blasé* nem o *corpo passivo* têm como um dos seus elementos explícitos de definição uma *subordinação irrefletida à autoridade*. No entanto, e trata-se de uma hipótese especulativa, acreditamos que toda personalidade que classifica o mundo e o Outro de forma rígida e estereotipada guarda em si um forte potencial autoritário, que pode ser convertido em ação em contextos de crise social, facilitando a integração em movimentos de estrutura hierárquica que buscam reestabelecer uma ordem fundada na segregação e na desigualdade. Podemos pensar na ampla retomada recente de movimentos xenófobos numa Europa altamente urbanizada e em crise.

Em segundo lugar, buscamos chamar atenção, nos limites de um trabalho teórico, não para uma relação legal, essencializante, entre urbanidade

e autoritarismo da personalidade, mas argumentar que a configuração das grandes cidades, fundada numa segregação ora planejada ora espontânea, cria as condições para uma antipatia subjetiva que, quando não irrompe em ação explícita – provocada pela diluição das fronteiras, sobretudo de classe e étnicas, tidas como naturais –, se caracteriza por um potencial autoritário empiricamente observável em opiniões sobre o encarceramento de menores, contra direitos humanos, contra toda forma de distribuição de renda, contra o convívio com sujeitos subalternos – lembremos o caso Higienópolis e da opinião de uma habitante de que a nova estação de metrô iria levar “gente diferenciada” e desagradável para o bairro –, etc. Em suma, é uma heterogeneidade objetiva, mas não vivida, que gera as condições para reações autoritárias em contextos onde essa heterogeneidade é vivida de forma forçada (para aqueles que se privilegiam com a segregação social) e conflituosa (para aqueles que querem ver cumprido o seu direito à cidade). Não se trata de uma nostalgia em relação ao campo, onde as condições de emergência da heterogeneidade são bem mais mitigadas, mas de exercer esforço crítico no sentido de uma negação de elementos regressivos para a afirmação/explicitação dos elementos presentes de emancipação no frenesi da vida metropolitana.

Referências

ADORNO, Theodor. **La personalidad autoritaria** (Prefacio, Introducción y Conclusiones). In: EMPERIA. Revista de Metodología de Ciencias Sociales. No 12, julio-diciembre, pp. 155-200, 2006.

_____ et alii. **The authoritarian personality**. New york: Norton, 1969.

CARONE, Iray. **A personalidade autoritária: estudos frankfurtianos sobre o fascismo**. Texto debatido no Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Infância de Juventude, UFSC, 26/09/2002.

CROCHÍK, José. A personalidade narcisista segundo a escola de Frankfurt e a ideologia da racionalidade tecnológica. In: **Psicologia-USP**, São Paulo 1(2), pp. 141-154, 1990.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**, v.2: Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ROUANET, Sérgio. **Teoria crítica e psicanálise**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

SENNETT, Richard. **Carne e Pedra: O corpo e a cidade na civilização ocidental**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. G (org.). **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

_____. O dinheiro na cultura moderna. In: SOUZA, J; ÖELZE, Berthold. **Simmel e a modernidade**. Brasília: UnB, 1998.

_____. **Questões fundamentais de sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

_____. **Sociology: Inquiries into the construction of social forms**. Leiden: Koninklijke Brill NV, 2009.

VANDENBERGHE, F. Simmel and Weber as ideal-typical founders of sociology. In: **Philosophy & Social Criticism**, v. 25, n. 4, pp. 57-80, 1999.

